

|                                         |       |
|-----------------------------------------|-------|
|                                         | Págs. |
| Prefácio à 4. <sup>a</sup> edição ..... | 5     |
| Prefácio à 3. <sup>a</sup> edição ..... | 7     |
| Abreviaturas .....                      | 9     |

## I

### O CONCEITO

|                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------|----|
| 1. A instrumentalidade do direito processual civil .....          | 13 |
| 2. Estrutura .....                                                | 17 |
| 2.1. O processo como sequência de atos .....                      | 17 |
| 2.2. O ato processual .....                                       | 20 |
| 2.3. A invalidade do ato da sequência .....                       | 22 |
| 3. Função .....                                                   | 31 |
| 3.1. Espécies de ações .....                                      | 31 |
| 3.2. A tutela do direito material .....                           | 38 |
| 3.3. A justa composição do litígio .....                          | 41 |
| 3.4. Posição adotada .....                                        | 46 |
| 3.5. Decisão de mérito e decisão de absolvição da instância ..... | 50 |
| 3.6. A simulação do litígio .....                                 | 52 |
| 4. Objeto .....                                                   | 57 |
| 4.1. A pretensão .....                                            | 57 |
| 4.2. A relação jurídica material .....                            | 58 |
| 4.3. O litígio .....                                              | 60 |
| 4.4. Conflito de interesses e pretensão .....                     | 62 |
| 4.5. A jurisdição voluntária .....                                | 63 |
| 4.6. Análise da pretensão. A causa de pedir .....                 | 66 |
| 5. Sujeitos .....                                                 | 75 |
| 5.1. Os sujeitos processuais .....                                | 75 |

|                                          |             |
|------------------------------------------|-------------|
| 5.2. As partes.....                      | Págs.<br>76 |
| 5.3. Tutela judiciária e autotutela..... | 79          |
| 5.4. Os tribunais judiciais.....         | 80          |
| 5.5. Os tribunais arbitrais.....         | 84          |

## II

## OS PRINCÍPIOS GERAIS

|                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução.....                                                       | 95  |
| 1.1. A importância dos princípios gerais.....                            | 95  |
| 1.2. Direito fundamental à jurisdição e princípios da lei ordinária..... | 98  |
| 2. O acesso aos tribunais.....                                           | 101 |
| 2.1. O art. 20 da Constituição da República.....                         | 101 |
| 2.2. Direito de ação.....                                                | 102 |
| 2.2.1. Sua natureza.....                                                 | 102 |
| 2.2.2. A ação popular.....                                               | 104 |
| 2.3. Direito de defesa.....                                              | 108 |
| 2.3.1. Suas derivações.....                                              | 108 |
| 2.3.2. O conhecimento do processo.....                                   | 109 |
| 2.3.3. Dispensa da audiência prévia.....                                 | 114 |
| 2.3.4. A cominação da revelia.....                                       | 118 |
| 2.4. Entraves económicos.....                                            | 120 |
| 2.4.1. Não devem existir.....                                            | 120 |
| 2.4.2. Apoio judiciário.....                                             | 120 |
| 2.4.3. Falta de pagamento da taxa de justiça.....                        | 122 |
| 2.4.4. Falta de pagamento de impostos.....                               | 123 |
| 2.5. Independência e imparcialidade do tribunal.....                     | 123 |
| 3. Princípio da equidade.....                                            | 125 |
| 3.1. Suas vertentes.....                                                 | 125 |

|                                                                                            |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| 3.2. Princípio do contraditório.....                                                       | Págs.<br>126 |
| 3.2.1. O direito de influenciar a decisão.....                                             | 126          |
| 3.2.2. No plano da alegação.....                                                           | 127          |
| 3.2.3. No plano da prova.....                                                              | 130          |
| 3.2.4. No plano do direito.....                                                            | 135          |
| 3.3. Princípio da igualdade de armas.....                                                  | 138          |
| 3.4. Direito à comparência pessoal.....                                                    | 141          |
| 3.5. A licitude da prova.....                                                              | 142          |
| 3.6. Dever de fundamentação.....                                                           | 143          |
| 3.7. O princípio da publicidade.....                                                       | 145          |
| 4. O Prazo razoável.....                                                                   | 147          |
| 5. Princípio da legalidade do conteúdo da decisão.....                                     | 151          |
| 5.1. <i>Jura novit curia</i> .....                                                         | 151          |
| 5.2. A questão jurídica prejudicial.....                                                   | 153          |
| 6. Princípio do dispositivo.....                                                           | 157          |
| 6.1. Disponibilidade da tutela jurisdicional e responsabilidade pela matéria de facto..... | 157          |
| 6.2. A disponibilidade da instância.....                                                   | 160          |
| 6.3. A conformação da instância.....                                                       | 165          |
| 6.4. A formação da matéria de facto.....                                                   | 168          |
| 6.4.1. Factos principais.....                                                              | 168          |
| 6.4.2. Factos de conhecimento oficioso.....                                                | 172          |
| 6.4.3. Factos instrumentais.....                                                           | 175          |
| 6.5. O acordo sobre os factos da causa.....                                                | 177          |
| 6.6. Princípio do inquisitório.....                                                        | 178          |
| 7. Princípios da preclusão e da autorresponsabilidade das partes.....                      | 183          |
| 8. Princípio da cooperação.....                                                            | 187          |
| 8.1. O dever de cooperar.....                                                              | 187          |
| 8.2. Cooperação material.....                                                              | 188          |
| 8.3. Cooperação formal.....                                                                | 191          |
| 8.4. Sua importância.....                                                                  | 192          |

|                                                                                                     | Págs |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 9. Princípios da imediação, oralidade e concentração e princípio da livre apreciação da prova ..... | 195  |
| 9.1. Imediação.....                                                                                 | 195  |
| 9.2. Oralidade e concentração .....                                                                 | 197  |
| 9.3. A livre apreciação da prova .....                                                              | 198  |
| 9.4. Certeza e verosimilhança .....                                                                 | 202  |
| 9.5. Plenitude da assistência dos juízes.....                                                       | 203  |
| 10. Princípio da economia processual.....                                                           | 205  |
| 10.1. Noção geral.....                                                                              | 205  |
| 10.2. Economia de processos .....                                                                   | 205  |
| 10.2.1. Suas manifestações.....                                                                     | 205  |
| 10.2.2. O litisconsórcio .....                                                                      | 206  |
| 10.2.3. Cumulação de pedidos e pedido subsidiário .....                                             | 210  |
| 10.2.4. Ampliação e alteração do pedido e da causa de pedir .....                                   | 212  |
| 10.2.5. Reconvenção.....                                                                            | 216  |
| 10.2.6. Intervenção de terceiros.....                                                               | 219  |
| 10.3. Economia de atos e formalidades .....                                                         | 224  |
| 11. Princípio da gestão processual.....                                                             | 227  |
| 11.1. Direção formal do processo.....                                                               | 227  |
| 11.2. Adequação formal.....                                                                         | 230  |
| 11.3. Impugnabilidade.....                                                                          | 233  |
| Bibliografia.....                                                                                   | 234  |
| Índice.....                                                                                         | 243  |

Esta nova edição da *Introdução ao Processo Civil* (a segunda desde o CPC de 2013) atualiza a anterior, publicada há pouco mais de dois anos.

Nela são tidas em conta as alterações entretanto ocorridas nos planos da legislação nacional e dos regulamentos comunitários.

Continua esta *Introdução ao Processo Civil* a interpenetrar-se com *A Ação Declarativa*, também simultaneamente atualizada à luz do novo código.

O diálogo entre as duas obras mantém-se, como revelam as anotações de pé de página, e a leitura atenta de uma não dispensa os menos iniciados de ir olhando para as passagens da outra. Se isto se fizer, é quase indiferente que, na primeira leitura de direito processual civil, se siga o guião dos conceitos e princípios gerais ou o guião da vivência das fases do processo.